

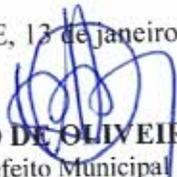


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

RATIFICO os termos da presente JUSTIFICATIVA, por estar a mesma em conformidade com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PROPRIÁ/SE, 13 de janeiro de 2023.


VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA
Prefeito Municipal

A SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO DE PROPRIÁ, ESTADO DE SERGIPE, vem justificar a prestação de Serviço de Publicidade e Propaganda que entre si visam celebrar a SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO DE PROPRIÁ e a empresa AUSTREGÉSILO JÚNIOR ARAGÃO MELO, inscrita no CNPJ) sob nº 08.492.189/0001-99 situada à Rua Promotor Arquibaldo Mendonça, Centro, Aracaju/SE, representada pelo Sr. Austregésilo Júnior Aragão Melo, inscrito no CPF sob nº 412.242.305-82.

CONSIDERANDO, que a Administração recebe da Lei nº 8.666/93 em seu artigo 24, caput, a autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse público, nas hipóteses de contratação previstas em seus incisos.

CONSIDERANDO, que o inciso II do artigo 6º da Lei de licitações e Contratos define SERVIÇO como toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração.

CONSIDERANDO, Decreto Nº 9.412, de 18 de junho de 2018 que Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONSIDERANDO, que o valor total do contrato ficará no montante de **RS 17.289,82** (dezessete mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos), portanto, dentro dos limites



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

estabelecidos para dispensa, nos moldes do artigo 24, inciso II combinado com o artigo 23, inciso II, alínea "a" da lei de Licitações e Contratos.

CONSIDERANDO, que as contratações inseridas nos moldes específicos do artigo 24, inciso II, pelo reduzido valor do objeto do contrato e objetividade da excludente aritmética admitem a referida dispensa.

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o preço contratual a ser pactuado, encontra-se em compatibilidade com o praticado no âmbito da Administração Pública Municipal, e situa-se na média do mercado.

A CONTRATAÇÃO DIRETA VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO, encontra amparo no artigo 24, inciso II da lei de Licitações e Contratos.

Ante o exposto, submetemos a presente JUSTIFICATIVA à apreciação do Senhor Secretário Municipal de Gabinete de Propriá/SE, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

PROPRIÁ/SE, 13 de janeiro de 2023

LÚCIA VIEIRA LIMA
Secretário Municipal de Governo e Comunicação